

POVOS AMERÍNDIOS E EDUCAÇÃO: APRESENTANDO E CONTEXTUALIZANDO O TEMA

Iara Tatiana Bonin

ULBRA

Maria Aparecida Bergamaschi

UFRGS

Muito se tem escrito sobre a temática indígena no Brasil em especial nos campos da Antropologia, da Sociologia, da Linguística, do Direito. Na educação, especialmente nas últimas décadas, esta questão adquiriu contornos específicos, na esteira das lutas pelo direito à escola e como resultado de recentes reflexões sobre identidades, diferenças e diversidade cultural.

No entanto, apesar de adquirir certo fôlego em produções acadêmicas, pode-se afirmar que tal temática é ainda considerada uma “questão menor”, uma especificidade que não interessa a grande maioria da população, e um dos argumentos para justificar tal afirmação é que, em termos percentuais, os índios representam cerca de 0,5% da população brasileira. Talvez por essa razão este assunto se torne tão polêmico quando se trata, por exemplo, de propor alterações curriculares não apenas para contemplar a temática indígena como tópico de disciplinas consagradas como também para alterar nossas maneiras de falar dos índios na escola, ou quando se busca assegurar vagas específicas para indígenas nas universidades. Nestes casos, a temática irrompe e coloca em evidência os diferentes conflitos e os diversos interesses e relações de poder em jogo.

Nas últimas décadas a existência dos povos indígenas, suas reivindicações específicas, sua presença em terras tradicionais e em periferias urbanas tornou-se bastante visível e já não pode ser negligenciada. Uma das razões para a visibilidade indígena é o movimento protagonizado por estes sujeitos, em diferentes regiões do Brasil, com articulações continentais, que deixou à mostra as relações de poder e o lugar subordinado conferido historicamente a estes povos, e as suas formas de pensar, de educar e de viver. Outra razão é a produção de estudos acadêmicos, antropológicos, políticos, sociológicos que possibilitaram repensar as relações do Estado Brasileiro com estas populações.

Na análise de Monte (2000, p. 7), entram em cena

diferentes atores políticos envolvidos com a implementação da nova escola indígena – organizações não governamentais, movimentos indígenas e órgãos de Estado – que, de diversas posições e perspectivas políticas, pronunciam discursos similares sobre a educação requerida. É como se as vozes das sociedades indígenas,

há séculos silenciadas pelas políticas educacionais, finalmente pudessem formular e explicitar seu projeto de escola, fazê-lo ecoar e reproduzir, ainda que sob intenso debate e conflito, em forma de novas propostas de políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988 ocorre uma importante mudança no enfoque legal, que antes previa a integração dos indígenas e a dissolução das diferenças como forma de produção de um projeto de nação unificada. A Constituição reconhece a diferença indígena como direito e assegura o respeito às práticas culturais, sociais, educacionais, religiosas dos diferentes povos indígenas que vivem hoje no país. A partir deste momento histórico, e da ruptura proporcionada pela Constituição, uma série de normas legais foram sendo produzidas para, de um lado, divulgar a temática indígena e torná-la parte dos assuntos que interessam à escola e à sociedade e, de outro, disciplinar, ordenar, normatizar a oferta de educação escolar aos povos indígenas, levando em conta suas especificidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e outras normas gerais passam a tratar também da educação específica e diferenciada voltada para a população indígena e contando também com a participação direta desta na elaboração de ações e políticas públicas.

Tratando-se ainda do plano legislativo, é importante ressaltar que o Estado Brasileiro é signatário de duas Convenções Internacionais – a Convenção 169 da OIT que trata dos direitos destas populações e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.

Em diferentes países da América organizam-se movimentos sociais e políticos, protagonizados por povos indígenas que lutam para assegurar direitos e para ver respeitadas suas maneiras de viver e suas distintas culturas. Também são abundantes os estudos antropológicos, políticos, culturais produzidos em diversas instituições de pesquisa no continente, nos quais se concentram contingentes populacionais expressivos. É o caso da Argentina, Bolívia, Guatemala, Venezuela, Peru, entre outros. Vale destacar que, de acordo com o Atlas sociolingüístico da América Latina, efetuado por uma fundação patrocinada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), existem cerca de 40 milhões de indígenas, pertencentes a 522 povos distintos e falantes de 420 idiomas na América. O Brasil concentra a maior quantidade de indígenas, mais de 730 mil pessoas, com um total de 247 povos diferentes.

Assim, pensar na temática é considerar um conjunto amplo de elementos que não se restringem aos limites nacionais, considerando o entrelaçamento de significados de abrangência mundial, continental, nacional e local. Parece relevante, neste contexto, examinar as relações de poder e saber de que nos valem para posicionar os povos indígenas como diferentes, estranhos, estrangeiros, exóticos ou como sujeitos que contam muito pouco no contexto contemporâneo.

Além disso, a questão indígena vai sendo cada vez mais problematizada no campo educacional. Observa-se, no âmbito acadêmico, um amplo leque de pesquisas ancoradas numa variedade de aportes teóricos e metodológicos, algumas diretamente vinculadas a

comunidades indígenas e a experiências específicas de escolarização, outras produzidas numa perspectiva mais ampla, delimitando contornos de políticas indigenistas históricas ou atuais, refletindo sobre as lutas de movimentos políticos. Há também um percentual expressivo dessas produções que tematizam identidades e diferenças, analisando representações e discursos constituídos em variados suportes e artefatos culturais contemporâneos.

Nesta direção, algumas pesquisas acadêmicas, tais como a de Silva e Grupioni (1998), Telles (1998), Bonin (2007), Oliveira (2003), têm mostrado a recorrência no uso de estereótipos, o desconhecimento dos nomes dos povos indígenas e de suas práticas culturais distintas, a utilização de pressupostos evolucionistas e de versões eurocêntricas ao relatar acontecimentos históricos e atuais, a menção aos povos indígenas como pertencentes ao passado, a articulação entre índio e natureza, entre outros. Alguns desses estudos salientam também que a temática tem sido apresentada dentro de uma retórica sobre a diversidade, que define o que deve ou não ser lembrado, o que pode ou não ser incluído como tópico curricular. Tal abordagem muitas vezes produz uma naturalização das diferenças e uma homogeneização das culturas indígenas, descritas através de certos signos estereotipados e facilmente reconhecíveis, colaborando ainda para a continuidade de certas visões cristalizadas de natureza, cultura, civilização que posicionam os povos indígenas de maneira subordinada.

Muitas produções contemporâneas destinadas às escolas, em especial os livros didáticos, adotam uma perspectiva que fixa os povos indígenas no passado e num lugar vinculado à mata, à natureza, ao campo, desconsiderando, inclusive, que quase metade da população indígena brasileira vive hoje nas periferias urbanas. Dados do IBGE informam que quase metade dos indígenas habita áreas urbanas, ou seu entorno, fato que nos leva a repensar certas representações que os posicionam como parte de um contexto natural e isolado.

É interessante observar, como faz Junqueira (1999) a partir de uma perspectiva histórica, que desde os primeiros contatos com os povos indígenas a cultura ocidental vem firmando certas “verdades” sobre eles. A autora afirma que “esse encontro com o ‘outro’ impressionou os navegantes, mas não foi suficiente para anular a carga de preconceitos que pesava sobre os europeus. Terminada a novidade daquilo que lhes pareceu exótico, a diferença cultural passou a ser vista como pecado, atraso, humanização incompleta.” (p. 84-85). Em condições diferentes daquelas descritas pela autora no contexto colonial do século XVI, podemos dizer que, na atualidade, renovam-se certos sentidos de encontro e de tolerância para com aqueles que são considerados diferentes, e que essas atitudes muitas vezes reafirmam nossa suposta superioridade e nossa completude diante do exotismo, do primitivismo, das ausências que atribuímos aos outros.

Em geral, nos espaços e tempos escolares, circunscrevemos a temática indígena uma retórica celebrativa, tal como aquela que sustenta as comemorações do “dia do índio”. Desse modo, os povos indígenas figuram como complementos de uma história única e comum, ou como incômodos obstáculos aos projetos de desenvolvimento, urbanidade, crescimento da nação. Nestes termos, a visibilidade da temática indígena parece responder

ao desafio de acomodar tensões e conflitos, reduzindo seus efeitos, sem alterar as relações de poder que definem, por exemplo, quem tolera e quem é tolerado. Para dizer com palavras de Bauman (1999, p. 117), trata-se de “um modo de relacionamento que não reconhece a diferença, a diferença que conte, que requeira confronto, negociação, acordo entre modos diferentes de viver”.

É recorrente também a generalização que não considera a diversidade étnica dos povos ameríndios e, sob a denominação “índios”, não revela os modos de vida de cada uma das distintas etnias que vivem no Brasil. Porém, há um movimento vigoroso dos povos indígenas, no sentido de serem reconhecidos pelas suas características, pleiteando que os Estados americanos reconheçam a sua pluralidade étnica, fazendo emergir as mais antigas identidades e soar forte a continuidade cultural e cosmológica desde os tempos pré-colombianos (BERGAMASCHI, 2005).

As práticas escolares muito têm a ver com estratégias que acomodam perto ou à distância os sujeitos e povos que narramos como parte da diversidade. Este contexto, parece não acolher nem tolerar índios que não combinam com versões estereotipadas, que não se encaixam na condição de exotismo, que perturbam as noções de natural hierarquia e que reivindicam lugares, colocando sob suspeita, por exemplo, nossas noções de propriedade da terra, dos bens, das instituições de produção do conhecimento.

Estes são alguns dos aspectos que desejamos discutir nesta seção temática, apresentando diferentes dimensões da questão e diversas formas de abordagem. Os artigos apresentados fundamentam-se em pesquisas desenvolvidas em diferentes regiões brasileiras e em outros países latino-americanos.

Por considerarmos a dimensão continental da temática indígena, convidamos para integrar esta proposta de seção temática da Revista Currículo sem Fronteiras pesquisadores da Argentina e do Paraguai. No caso brasileiro, a população indígena habita quase todos os estados da federação, o que confere à temática uma abrangência nacional. No intuito de trazer distintos olhares, participam também desta proposta pesquisadores de instituições do Amazonas, Minas Gerais, Brasília, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e seus estudos consideram também as diferentes identidades étnicas dos povos ameríndios. Com isso pretende-se incentivar o debate acadêmico sobre a temática indígena, destacando sua relevância e atualidade para a educação e divulgar estudos realizados em diferentes instituições do Brasil e do exterior, orientadas por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Os artigos reunidos nesta revista apresentam três ênfases: textos que analisam os discursos produzidos sobre os povos indígenas em artefatos pedagógicos; artigos que examinam práticas educativas dos povos indígenas; e textos dedicados a análises panorâmicas sobre algum aspecto concernente ao tema aqui proposto. Iniciamos com o artigo de Bartomeu Melià, que trata das *Lenguas indígenas en el Paraguay y políticas lingüísticas*, analisando as línguas e as políticas lingüísticas, bem como as práticas de bilingüismo entre os povos indígenas do Paraguai. O autor aborda também a escrita das línguas indígenas em seu país, potencializada por diferentes experiências de educação escolar. Nessa mesma perspectiva, o texto *Ecologias Lingüísticas e Políticas de Identidade:*

representações de professores indígenas, de Terezinha Machado Maher focaliza os esforços empreendidos por um grupo de professores indígenas acreanos, membros de sete diferentes etnias, para planejar e colocar em prática políticas lingüísticas locais que garantam a sobrevivência de suas línguas tradicionais. Os dois textos evidenciam os conflitos, os dilemas, as negociações e as tensões que envolvem a questão lingüística dos povos indígenas no Paraguai e no Brasil.

“*Me da miedo cuando grita*” *Niños/as Qom en escuelas urbanas* é o texto em que Stella Maris García mostra, por meio de um estudo etnográfico, as práticas das crianças Qom no dia a dia escolar em instituições da cidade de La Plata, capital de Buenos Aires, Argentina. O artigo busca compreender os sentidos que estas crianças indígenas atribuem à escola e como os docentes entendem o trabalho específico desenvolvido com esses alunos, evidenciando também as incompreensões, os ocultamentos e as negações decorrentes dos processos de escolarização. Nessa direção também se situa a discussão apresentada por Antonio Brand e Valéria Calderoni, no artigo *Estudiantes indígenas em escolas públicas de campo grande: contradições e ambivalências*. Os autores apresentam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas no espaço escolar público e multicultural na cidade de Campo Grande, MS. Já o texto de Iara Tatiana Bonin, *Os povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre diversidade, diferenças e identidades?* discute algumas implicações da incorporação da temática indígena como um assunto escolar, sustentada em noções de diversidade e de inclusão das “minorias étnicas” tão em voga dos discursos pedagógicos contemporâneos.

A pesquisadora portuguesa Ângela Nunes, em seu artigo *Conquistas e contradições na implementação de um projecto escolar Xavante* explora aspectos do cotidiano de um projeto de educação escolar diferenciada numa aldeia Xavante e dos vários agentes sociais que lhe dão vida. Destaca-se em especial a participação das crianças e a percepção que delas têm os professores, bem como os ecos desta proposta educativa na vida familiar e comunitária da aldeia. Também na perspectiva de focalizar as escolas indígenas, situam-se os artigos de Adir Casaro Nascimento e Maria Aparecida Bergamaschi. Analisando as escolas Guarani e Kaiowa, a primeira autora discute *Currículo, diferenças e identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá*, propondo reflexões sobre as tendências da escola indígena e produção de identidades mediadas pelos paradigmas que orientam os currículos desde o período colonial até a contemporaneidade. Já a segunda autora discute, no texto intitulado *A tradição e a memória nas práticas escolares Kaingang e Guarani* o movimento das comunidades indígenas se apropriando da escola que funciona na aldeia e constituindo propostas pedagógicas diferenciadas, informadas pela tradição e pelos saberes ancestrais.

Educação Mito-dança-rito: as razões dialógicas Guarani é o texto de Ana Luisa Teixeira de Menezes. Nele a autora apresenta o mito enquanto narração e o rito o acontecimento que possibilita a vivência, como por exemplo, a dança, que integra passado e presente através do pensamento e sentimento a partir de uma razão dialógica. Menezes argumenta que mito-dança-rito é uma tríade constitutiva da educação que necessita ser pensada para o entendimento da formação do jovem Guarani tendo em vista que orienta

suas ações e os caminhos que têm construído na cultura contemporânea, dentro de uma postura dialógica. Em um enfoque semelhante, o artigo “*Experimentando a diferença*”: trajetórias de jovens indígenas Tikuna em escolas de Ensino Médio das cidades da região do Alto Solimões, Amazonas, de Mariana Paladino, analisa as trajetórias de estudantes que com a finalidade de alcançar uma escolarização mais avançada, se deslocam temporariamente – sozinhos ou com parte da sua família – às cidades da região, nas quais têm acesso a ofertas de ensino médio e superior.

Os indígenas no Ensino Superior é o enfoque do artigo *Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas nas Instituições de Ensino Superior públicas da Amazônia brasileira: participação e protagonismo compartilhado*. Nele, Rosa Helena Dias da Silva e José Silvério Baia Horta discutem as políticas implantadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas da Amazônia Brasileira visando a inclusão dos povos indígenas. Por sua vez, Lucia Helena Alvarez Leite, no texto *Com um pé na aldeia e um pé no mundo: avanços, dificuldades e desafios na construção das escolas indígenas públicas e diferenciadas no Brasil*, mostra como os cursos de formação de professores indígenas podem se constituir em espaços de reflexão da prática, a partir da confrontação entre o debate travado nos cursos e a experiência vivida nas escolas, transformando-se em uma experiência formadora, que fortalece a luta e o compromisso dos professores com suas comunidades.

Esperamos que esses textos contribuam para um melhor entendimento dos povos indígenas e desejamos a todos uma boa leitura.

Referências

- BAUMAN, Zigmunt. (1999) *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Nhembo'e. Enquanto o encanto permanece! Processos e praticas de escolarização nas aldeias Guarani*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- BONIN, Iara Tatiana. *E por falar em povos indígenas - narrativas que contam em práticas pedagógicas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- BONIN, Iara Tatiana. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura-infante juvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). *Estudos Culturais para Professor@s*. 1 ed. Canoas: Editora da Ulbra, 2008. P. 115-133.
- JUNQUEIRA, Carmem. *Antropologia indígena: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1999.
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete (Org.) *A temática Indígena na Escola: subsídios para professores de 1 e 2 graus*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1998.
- MONTE, Nietta Lindenberg. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. *Cadernos de Pesquisa*, n.111, p.7-29, dez. 2000.
- OLIVEIRA, Teresinha Silva de. Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. *Rev. Bras. Educ.*, n. 22, p.25-34, abr. 2003.

TELLES, Norma. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donizete (Org.). *A temática Indígena na Escola: subsídios para professores de 1 e 2 graus*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1998.

Correspondência

Iara Tatiana Bonin – Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Brasil.

E-mail: iara.bonin@uol.com.br

Maria Aparecida Bergamaschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil.

E-mail: cidabergamaschi@terra.com.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.
